
BIOPOTÊNCIAS CURRICULARES: RESISTÊNCIAS EM CENÁRIOS BIOPOLÍTICOS

Igor Alexandre de Carvalho Santos

INTRODUÇÃO À BIOPOLÍTICA

A expressão biopolítica aparece pela primeira vez na produção foucaultiana numa conferência realizada no Brasil em 1974 cujo título é ‘O nascimento da medicina social’ que foi publicada no livro *Microfísica do poder* (1992). O termo também é discutido no primeiro volume sobre a *História da sexualidade* de 1976 e desdobrado no curso *Em defesa da sociedade* no mesmo ano e aprofundado num curso de 1978-1979 que tratava, justamente, sobre o *Nascimento da biopolítica*.

Anteriormente ao surgimento da biopolítica as formas de governo se voltavam-se para a docilização do corpo, depois de abandonar o suplício corporal espetacular dos governos monárquicos. São estas as sociedades disciplinares que tinham como dispositivo as instituições de vigilância e de punição que utilizavam técnicas anátomo-políticas de ortopedia do corpo, visando sua produtividade através da vigilância. Esta concepção de poder consiste num desenvolvimento das sociedades disciplinares

Consolidadas as sociedades disciplinares, passa a emergir um poder que não está mais voltado, unicamente, para o corpo individual, mas para um novo corpo de múltiplas cabeças: a população.

Este poder, dependente da vida, começou a firmar-se no século XIX, onde passam a surgir regulamentações e técnicas que se dirigem

[...] à multiplicidade dos homens na medida em que eles se resumem em corpos, e na medida em que forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT 2005, p. 289).

Neste período começam a despontar múltiplos saberes como, por exemplo, a medicina sanitária, a estatística e a demografia que tinham como intento estudar a natalidade, longevidade, mortalidade, produtividade, deslocamento populacional, dentre outros fatores. Não seria absurdo delimitar duas finalidades para o surgimento desses conhecimentos: tentar controlar as populações e prever os seus riscos. Tem-se então esta nova tipologia do poder que evoca a vida deste corpo social

através dos saberes que investigam e preveem os problemas e perigos que surgem no interior da população. Contudo, emerge um aparente paradoxo: como um poder que clama pela vida dos seres vivos poderá atuar “em defesa da sociedade” contra os perigos que nascem em seu próprio corpo?

A biopolítica e o racismo de Estado recolocam a relação de força por intermédio de “uma espécie de guerra silenciosa que se exerce nas [...] instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até no corpo de uns e de outros” (ibidem, p. 23) que manifestam disputas políticas, enfrentamentos relativos ao poder que valem como sustentáculo para efetivação das tecnologias de controle de uma sociedade da normalização.

A biopolítica encontra-se inserida numa concepção de poder mais ampla que é a do biopoder. O biopoder é a inversão do poder da teoria clássica da soberania. Foucault (2005) afirma que a sociedade de soberania monárquica (até século XVII e XVIII) foi substituída pelo biopoder (a partir da metade do século XVIII até os dias atuais). A primeira se vale da premissa do direito de fazer morrer e deixar viver a partir da figura do rei como aquele que personifica a lei, tendo como elementos de manutenção: a opressão, a extorsão e a expropriação, isto é, caracterizações negativas do poder. Já o biopoder se pauta na inversão da premissa supracitada, isto é, fazer viver e deixar morrer. Tem-se nesta nova configuração política fatores positivos, ou seja, de produção, intensificação e incitação que incidem tanto no corpo individual quanto no coletivo. Portanto, o foco passa a ser a garantia da sobrevivência da espécie.

O que interessa às tecnologias políticas é “o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo espaço da existência.” (FOUCAULT, 1999, p.135). Assim, se efetiva uma sociedade normalizadora que surge como resultado de um efeito histórico que se ocupa da vida. Portanto, o biopoder refere-se ao adestramento e disciplinarização do corpo individual imbricado à biopolítica enquanto gestão da vida coletiva. Segundo Foucault (1999) é a sexualidade o ponto nodal entre o individual e o coletivo.

Outro elemento que favorece a esse tipo de acomodação que circula entre uma tecnologia do corpo e uma tecnologia da população é a norma. “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 2005 p. 302). É a norma que estabelece a união dessas duas configurações do poder.

Importante destacar que a biopolítica não suprime o poder disciplinar, mas o complementa a partir do acoplamento das tecnologias ortopédicas do corpo à normatização biopolítica da população. Foucault, ao tratar da relação entre poder disciplinar e biopolítica, afirma que

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia (FOUCAULT, 2005 p. 288-289).

Essa nova tecnologia de poder penetra a vida por dentro do campo social quando a interpreta, divide, agrega, hierarquiza, assimila e a transforma em toda sua totalidade. Tais efeitos ressoam na esfera dos corpos, dos conhecimentos, da moral, do desejo e da biologia. A vida passa a ser, deste modo, fonte de pesquisa e de capitalização.

Nesse contexto, o mundo do trabalho sofreu uma inflexão. Refiro-me ao trabalho imaterial (LAZZARATO; NEGRI, 2001). Essa nova constituição laboral agencia trabalho braçal e trabalho intelectual, produzindo informações, ideias e serviços, num contexto pós-fordista. O mundo do trabalho não aceita mais o trabalhador que exerce uma única função, que aperta somente parafusos. As demandas do trabalho exigem habilidades implexas, a saber: cooperação, iniciativa, criatividade, (auto)gestão do trabalho, dentre outras. Deste modo, essa nova concepção de trabalho se vale das formas de vida, de uma política da subjetividade produtiva, já que tem a afetividade, a vitalidade, a criatividade e a comunicação em rede como elementos imprescindíveis para a sua constituição e funcionamento.

CURRÍCULO, CONTROLE E BIOPOLÍTICA

Ao tratar do currículo enquanto artefato educacional, Veiga-Neto (2008) afirma que este se constitui a partir de quatro elementos: do planejamento dos objetivos; da seleção dos conteúdos; das formas pelas quais tais conteúdos são colocados em ação; e de que modo eles são avaliados. Ele vai apontar que os dois primeiros se referem, principalmente, ao poder disciplinar e os outros que se sucedem aplicam-se às sociedades de controle. Assim,

Nesse caso, não se trata de intervir nos dois primeiros elementos constitutivos do currículo – como vimos, o *planejamento* dos objetivos e a *seleção de conteúdos* –, mas sim nos dois outros elementos – os modos pelos quais os conteúdos são colocados em *ação* e são *avaliados*. É justamente por aí que estão se intensificando as técnicas de controle na escola (VEIGA-NETO, 2008, p.51).

Diante deste contexto emergem discursos salvacionistas que prometem metodologias originais e infalíveis, além do crescimento das políticas e programas educacionais que veem na avaliação o parâmetro exclusivo de qualidade. Daí a proliferação de sistemas avaliativos que têm

por objetivo classificar, hierarquizar e sentenciar, ou seja, controlar pessoas e instituições e fazer com que elas produzam cada vez mais. As requisições educacionais nos exigem (auto)avaliações frequentes, criando tribunais para julgar ações e pensamentos na esfera da educação, otimizando a *vontade de verdade*¹. É justamente a avaliação que articula o individual com o coletivo.

Seguindo essa esteira, Silvio Gallo (2008, p.81) afirma que

A educação tem sempre se valido dos *mecanismos de controle*. Se existe uma função manifesta do ensino — a formação/informação do aluno, abrir-lhe acesso ao mundo da cultura sistematizada e formal —, há também funções latentes, como a ideológica — a inserção do aluno no mundo da produção, adaptando-se ao seu lugar na máquina. A educação assume, desta maneira, sua atividade de controle social. E tal controle acontece nas ações mais insuspeitas.

As relações entre os currículos em contextos biopolíticos e o trabalho imaterial se mostram mais claras diante do reforço de uma formação pautada no empreendedorismo, na competência e na qualidade. O sujeito passa a ser empreendedor de si ao gerenciar sua produtividade, ou seja, sua vida passa a ser, também, mercadoria. Diante de tais mudanças o currículo é pressionado a aderir às novas exigências do mundo do trabalho, por conta das coações do neoliberalismo.

Até os PCNs podem estar articulados à lógica do neoliberalismo como forma de controle e regulação (CORAZZA, 2001) política. Isso justifica determinados discursos e encaminhamentos que se valem de “questões relativas à igualdade, justiça social e liberdade, processos de produção e reprodução das desigualdades sociais” (LOPES; MACEDO, 2006, p. 6). Por isso, a descodificação no capitalismo “não é ausência de organização, mas a mais sombria organização, a mais dura contabilidade, a substituição dos códigos pela axiomática que os compreende sempre o contrário” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.180).

Isso pode refletir, por exemplo, na proposta iminente do MEC em estabelecer uma base curricular nacional em vias de tentar homogeneizar e assimilar heterogeneidades (currículo como aparelho de captura estatal). O “currículo nacional propõe-se a ser uma solução para o problema do governo dos indivíduos”. (CORAZZA, 2001, p.92). Em outras palavras, ela tem como *telos* conduzir consciências.

¹ É um sistema de exclusão, apoiado em uma base institucional, na qual o sujeito é obrigado a produzir discursos sobre si mesmo (FOUCAULT, 1996).

Sabemos que, em alguns momentos, a escola/universidade não instrui, “ela ‘ensigna’, dá ordens, comanda” (DELEUZE; GUATTARI 1995, p.12). Vivemos numa sociedade da informação e é ela, a informação, que cumpre, dentre outras instâncias e instituições, o papel de controlar.

Temos como efeitos destas mudanças nas instituições de ensino os exemplos que se seguem:

No *regime das escolas*: as formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da “empresa” em todos os níveis da escolaridade (DELEUZE, 1992, p.225).

A educação parece ser guiada pelo crivo da competência, da burocratização e da formação/avaliação continuada. A escola passa seguir uma lógica muito similar àquela do universo do empreendedorismo.

De maneira não uniforme essas transformações estão incidindo no campo educacional e, especificamente, no currículo. Por exemplo,

A divisão do currículo em *disciplinas obrigatórias* e *disciplinas eletivas/optativas*, prática comum há algumas décadas entre nós permite que o aluno (cliente) escolha a configuração do produto (currículo) que vai adquirir. Além disso, a recente mudança do modelo *Currículos Mínimos* para o modelo *Diretrizes curriculares*— decidida pelo Conselho Nacional de Educação e em implantação em todo País (Brasil, 2001) — vai nessa mesma direção, agora no âmbito das próprias instituições de ensino. Também vai nessa direção a criação dos (assim chamados) *cursos sequenciais*, cuja flexibilidade recoloca, em termos curriculares, o mito da livre escolha para os agora (assim chamados) clientes...(VEIGA-NETO, 2002, p.202)

Parece haver, neste caso, uma ressonância da axiomática neoliberal que cria condições de possibilidade para uma educação que viabiliza a flexibilidade. Múltiplas formas de consumir. Um produto para cada estilo (de vida). Muito embora estas escolhas nem sempre sejam enviesadas pelo desejo, mas derivadas da disponibilidade e dos pré-requisitos exigidos por algumas disciplinas. No final das contas reforça-se, então, a tese da educação enquanto mercadoria.

Por conseguinte, o currículo se torna um espaço de poder e controle sobre a vida daqueles que se formam. “O currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais. [...] Ele é um aparelho ideológico do Estado capitalista. [...] Ele é, em suma, um território político.” (SILVA, 1999, p. 147). Portanto, o currículo é a imbricação do saber e do poder, seja incidido no corpo individual ou coletivo, seja num trabalho de características insulares ou de exigências complexas e multidirecionais. Ademais, o currículo passa a ser, desde a Modernidade, um dos meios para

produção de subjetividades (VEIGA-NETO, 2008). Dispositivo que lança suas redes de poder que parecem capturar a todos e a cada um. Será que foi plantada uma semente de descrença, fatalismo e niilismo em nós?

RESISTÊNCIAS CURRÍCULARES: BIOPOTÊNCIA ENQUANTO O AVESSO DA BIOPOLÍTICA NOS CURRÍCULOS

Um grupo de teóricos, em sua maioria da autonomia italiana (AGAMBEN; LAZZARATO; NEGRI), desdobraram as potencialidades do conceito de biopolítica, a partir da leitura que Deleuze fez da obra de Foucault. Num texto emblemático denominado *Post-scriptum sobre as Sociedades de controle*, Deleuze (1992) afirma que as sociedades disciplinares foram superadas já que os espaços de confinamento foram substituídos pelos espaços abertos. Não há exterioridade com relação ao poder, pois este implode os muros da escola, da prisão, do convento, da fábrica, da casa, etc. Estas instituições estão em crise. Não há intervalos ou lacunas impliquem em um local de ausência de poder ou que se possa resistir completa e definitivamente, justamente por conta de suas características mutantes, assimilativas e estimulantes. Os espaços na configuração das sociedades de controle não teriam limites bem estabelecidos, por causa de suas relações em rede. Implodem-se as fronteiras. A temporalidade que lhes é própria seria contínua, já que não se conclui definitivamente nada, devido à exigência de uma formação permanente. Sua extensão é difusa, rizomática, interconectada e reticular.

Nesse viés, o conceito de biopolítica recebe uma guinada que lhe dá uma capacidade de insubordinação, seguindo a esteira do axioma foucaultiano, que diz que “lá onde há poder, há resistência” (1988, p.91). Portanto, no avesso desse poder que incide *sobre* a vida, há uma potência *da* vida (AGAMBEN, 1995). A vida, neste caso, não é vista somente a partir dos processos biológicos, mas também em suas instâncias cognitivas, libidinais, afetivas, interpessoais e políticas. Essa viragem transcende a concepção passiva da vida.

A biopotência é o avesso do poder sobre a vida, ela é a potência da vida. A biopotência é o afeto da multidão. A multidão é diferente da massa, pois não é homogênea, unidirecional e compacta, mas plural, acentrada, dispersa e nômade (HARDT; NEGRI, 2005). Em outras palavras, ela é uma sinergia de multiplicidades heterogêneas e singulares.

Concomitantemente as tentativas de ingerência da biopolítica em governar uma massa populacional, a multidão pode resistir através dos seus modos de existência coletivos, singulares, múltiplos e fortuitos, produzindo linhas de fuga das formas de vida que nos são impostas, mesmo

que estas insurgências sejam provisórias. A biopotência é retroalimentada pela sinergia social e cooperação coletiva. Essa capacidade de sublevação em meio às formas de controle e de dominação não ocorre de maneira descolada dos movimentos biopolíticos. Em outros termos, ela é imanente e coextensiva às formas de governo da população. Ela acontece em contiguidade e em reversibilidade com o poder que tenta usurpar a vida, dobrando-o e liberando novas forças comunitárias.

Importante observar que não podemos aceitar a existência de uma relação de causalidade linear interna entre poder e resistência. Muito menos que as ações de dominação política devam ser justificadas. Todavia, podemos nos contagiar com Deleuze quando ele afirma que “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (DELEUZE, 1992, p. 220).

Todo o esforço que pretende controlar totalmente o currículo e aqueles que (se) formam é vão já que o currículo “estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; compreende também linhas de desterritorialização, pelas quais ele foge sem parar” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.18). O currículo carrega virtualidades que são rizomáticas, nômades e minoritárias. Com efeito, onde se estabelecem relações de poder nos currículos oficiais, existe a possibilidade de subversões no interior dos *curricula*.

Em outras palavras,

Apesar de todos os poderes que fazem o controle, demarcam as áreas e opinam sobre como evitar a desorganização em um currículo e que demandam sua formatação, tudo vaza e escapa (PARAÍSO, 2010, p.588).

São esses devires que insurgem contra os planos homogeneizadores e as unificações didático-metodológicas. Eles não aderem a posturas caudatárias. Ao contrário, eles enamoram-se com aquilo que é estranho, desconhecido; mudam de aparência constantemente; produzem disjunções; conectam singularidades díspares e disparatadas; inventam novos blocos de espaço-duração na formação; agenciam saberes de maneira inaugural.

As biopotências curriculares deformam formas/modelos para liberar forças pré-individuais e impessoais; conjuram as paixões tristes que diminuem as potencialidades existenciais; racham as palavras e as coisas para liberar novos sentidos e acontecimentos; gozam das misturas promíscuas e inventivas que os afetos lhe possibilitam; transgridem o uso comum das faculdades no exercício do aprender; experimentam sem interpretar, saboreiam sem julgar aquilo que lhes atravessa; abdicam a tolice, a superstição, o ardiloso comunicativismo, os clichês, os decalques e os cacoetes que querem mais do mesmo, desconsiderando a diferença na repetição; explodem aquilo que colmata o desejo.

É justamente o desejo enquanto biopotência da multidão que possibilita novas (des)subjetivações. O desejo não é falta, mas processo e produção. Nada falta ao desejo. Para psicanálise há sempre desejos demais, para nós, diferentemente, “nunca há desejo o bastante” (DELEUZE, 2006, p.345).

Além disso, o desejo nunca está isolado.

Só há desejo agenciado ou maquinado. Vocês não podem apreender ou conceber um desejo fora de um agenciamento determinado, sobre um plano que não preexiste, mas que deve ser ele próprio construído (DELEUZE; PARNET, 1998, p.112).

Ou seja, não se deseja um objeto, contudo o objeto nas suas múltiplas conexões em blocos espaço-temporais. O desejo é desejo de fazer multidão, de conectar elementos singulares, agenciar afetos múltiplos, relacionar hecceidades intempestivas. Afecção das máquinas celibatárias em seus jogos de fazer bricolagens. Há “sempre uma máquina acoplada a outra” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.16). Vale lembrar que estes agenciamentos maquínicos não são facilmente assimilados pelas lógicas totalizantes e totalizadoras, devido a sua condição molecular.

As potências curriculares invadem o império da base comum nacional e enlouquecem a rotina do Estado e da escola, conectando partes diferentes, separando o que sempre esteve colado, proliferando dissensos. Fazendo rasura no afã de unidade ao derrubar os muros disciplinares e as paredes que querem agregar heterogêneses. Elas trazem o seu signo: N-1. “Somos uma pluralidade menos o princípio unificador”. Ações e afirmações próprias ao seu devir-nômade.

Elas não são neutras, senão dotadas de uma resistência passiva enquanto atividade de forjar novos modos de vida imanentes no avesso do niilismo. Elas fabulam multiplicidades subjetivas inaugurais através do esgotamento de não fazer mais obra. Momento pelo qual os olhos não brilham mais diante da ascensão socioeconômica, do reconhecimento espetacular, do utilitarismo instrumental e do pragmatismo violento.

Ao contrário, essas intensidades vitais primam pela beleza e pela invenção, fazendo devires-animais de matilha, traçando conexões que alçam suas existências à enésima potência. Simplesmente pelo desejo de atualizar e expressar biopotências.

CONSIDERAÇÕES

Chegada, enfim, as minhas parcas conclusões podemos perceber, mesmo que de modo hesitante, as inegáveis transformações ocorridas em nossas vidas diante do desenvolvimento e

consolidação dos meios de comunicação e difusão de informações. E, principalmente, a maneira pela qual esse caldo semiótico se espalha nas experiências curriculares, seja tensa ou intencionalmente.

A interceptação de fluxos, dados, amostras, mensagens e o rastreamento de padrões comportamentais parecem ser o alvo das sociedades biopolíticas e de controle enquanto fontes catalizadoras do trabalho imaterial. São utilizadas as forças afetivas, libidinais, políticas, econômicas, psicológicas, social e física das pessoas como modo de apropriação da vida, nas mais diversas dimensões. Usurpa-se a vida com o intuito de obter lucro. Este modelo político-econômico visa gerir as formas de vida, sendo reforçados por elementos que lhes são fulcrais: a competição e o consumo.

Podemos observar também que o currículo é um artefato educacional que tem a capacidade de dirigir condutas individuais e coletivas. Desta forma, ele passa a ser um dos instrumentos de poder para produção de subjetividades atinentes ao *status quo*.

Muito embora essas formas de dominação existam, no interior de um currículo biopolítico, resistem e insistem biopotências curriculares. Elas emergem quando parece que está tudo dominado. Inventando modos outros de existir para além/aquém das pressões paradigmáticas e territorializantes que querem obturar linhas dissidentes, rebeldes e criativas.

Seus afetos consistem em aprender de outros modos, experimentar afetos que intensificam o viver na formação, misturar saberes ao sabor do acaso, da inquietação e da ousadia. Tem a curiosidade de ver como as coisas funcionam por dentro, embaralhando signos, fazendo novas composições e bagunçando a salas de aula conformadas e conformistas.

As biopotências curriculares não são monomaníacas. Elas são eivadas de desejos plurívocos e metamorfoseantes. Seus movimentos de resistências não são automáticos, causais, reativos. Por conseguinte, não há garantias de sua efetivação, entretanto possibilidades que podem acontecer nas experiências curriculares e que colocam em risco figuras estático-identitárias, estruturas apaziguadoras de saberes e conduções de condutas microfascistas.

Finalmente, interrompemos esse fluxo com uma lufada deleuziana que nos convida a uma esperança especial.

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossamos dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle ou engendrem novos espaços-tempos mesmo de superfície ou volume reduzido (DELEUZE, 1992, p.218).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- _____. *A ilha deserta: e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol.2. São Paulo: Ed.34, 1995.
- _____. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed.34, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- _____. *A história da sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martin Fontes, 2005.
- GALLO, Silvio. *Deleuze e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- HARDT, M.; NEGRI, T.. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, T. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LOPES, Alice Cassimiro; MACEDO, Elizabeth. Nota Introdutória: reconfigurações nos estudos sobre políticas de currículo. *Currículo sem fronteiras*, v.6, n.2, p.5-9, jul./dez. 2006. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 5 de dez. de 2014.
- PARAÍSO, M.. Diferença no currículo. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.140, maio/ago., 2010.
- SILVA, Tomaz T. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- VEIGA-NETO, A. Cultura e currículo. *Contrapontos*, v. 2, n. 4, jan./abr., p. 43-51. 2002.
- _____. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. Porto Alegre: XVI ENDIPE, 2008.

RESUMO

Este artigo visa investigar os devires curriculares biopotentes em cenários biopolíticos. As formas de dominação não se restringem ao corpo individual, pois o poder se apropriou do corpo coletivo, isto é, a população. A vida passa a ser assaltada, expropriada e apropriada pelo poder. O nome dado a esse novo movimento político é a biopolítica. No interior das relações biopolíticas podem emergir insurreições que consistem em biopotências. As biopotências curriculares concernem a modos de resistência singulares, múltiplos e intempestivos diante das demandas do mundo do trabalho imaterial, que não aceita a tecnicização insular na produção, bem como diante das configurações biopolíticas no campo do currículo.

Palavras-chave: Biopolítica. Biopotência. Currículo. Resistência.

CURRICULAR BIOPOWERS: RESISTANCE IN BIOPOLITICAL SCENARIOS

ABSTRACT

This paper seeks to investigate biopowerful curricular becomings in biopolitical scenarios. Forms of domination are not restricted to the individual body, as power has appropriated the collective body, i.e., the population. Life is now assaulted, expropriated and appropriated by power. The name given to this new political movement is biopolitics. Within biopolitical relations, insurrections consisting of biopowers can emerge. Curricular biopowers refer to singular, multiple and unexpected modes of resistance in the face of the demands of the world of immaterial labor, which does not accept insular technization in production, and in the face of biopolitical configurations in the field of curriculum.

Keywords: Biopolitics. Biopower. Curriculum. Resistance.

Submetido em: setembro de 2015
Aprovado em: dezembro de 2015